

MOMENTO

JORNAL LABORATÓRIO DAS FACULDADES INTEGRADAS ALCÂNTARA MACHADO

MAIO/85

ECOLÓGICO

DIA DA CONSERVAÇÃO DO SOLO – 15 DE ABRIL

DIA DO ÍNDIO – 19 DE ABRIL

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE – 5 DE JUNHO

SEMANA DO MEIO AMBIENTE – 1ª SEMANA DE JUNHO

DIA DE HIROSHIMA

MANIFESTAÇÃO CONTRA A BOMBA ATÔMICA

6 DE AGOSTO

DIA DA ÁRVORE – 21 DE SETEMBRO

**SEMANA DA ÁRVORE – 21 A 26 DE SETEMBRO NO SUL
E ÚLTIMA SEMANA DE MARÇO NO NORTE**

**DIA DOS ANIMAIS E DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS,
PROTETOR DA ECOLOGIA – 4 DE OUTUBRO**

DIA DA AVE – 5 DE OUTUBRO

DIA DAS NAÇÕES UNIDAS

ENCERRAMENTO DA SEMANA DA PAZ

24 DE OUTUBRO

DIA DO PAU-BRASIL – 7 DE DEZEMBRO

DIA DOS DIREITOS HUMANOS – 10 DE DEZEMBRO

**O MOMENTO DA
SOCIEDADE CIVIL DISCUTIR
A QUESTÃO ECOLÓGICA**

TROQUE O PRETO PELO VERDE

ECOLOGIA E SOCIEDADE CIVIL

Mais do que uma mera questão acadêmica, a Ecologia nos anos 80 ganha a dimensão de um abrangente movimento social, de clara conotação política. O problema da sobrevivência — o homem e o seu meio ambiente, em sua abordagem acadêmica — abriga múltiplos discursos (divididos em 4 áreas: a Ecologia Natural, a Ecologia Social, O Conservacionismo e o Ecologismo), tornando-se uma questão cada vez mais presente em qualquer discussão sobre o futuro da humanidade.

O surgimento de partidos políticos e grupos de ação civil organizados, que têm por bandeira a questão ecológica, como os partidos verdes alemão e francês, não está desvinculado de uma vontade maior: são os reflexos que a sociedade civil organizada faz ecoar nos meandros do poder.

O pensamento ecológico, mais especificamente o pensamento ecologista, uma corrente mais crítica, que entende a questão ecológica intimamente relacionada a questões sociais, econômicas e culturais, propõe como discussão, não apenas a resolução da crise ambiental, mas também a da crise social. O caminho estaria num modelo social não opressivo, igualitário, fraterno e libertário.

De onde se conclui que o processo de mudança é longo; e que um mundo melhor, digno, em paz com a natureza, inclusive, é de responsabilidade da sociedade civil.

A proposta do nosso jornal não está desvinculada desse desejo de mudança: A busca de uma consciência crítica, lúcida, para melhor enfrentar os mecanismos ideológicos e opressores do poder.

RODOLFO GUTTILLA

Expediente

Jornal laboratório do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social das FIAM — Especial Ecologia. Diretor das FIAM: Roney César Signorini

Esta edição do jornal laboratório foi elaborada, pautada e produzida pelos alunos da turma OD 414, sob a supervisão dos professores Paulo Fiori e Francisco Raffaeli, das cadeiras de Edição e Diagramação, respectivamente.

Os conceitos emitidos nas matérias não representam, necessariamente, a opinião das cadeiras. São de inteira responsabilidade dos autores.

Jornalista responsável: Paulo Fiori, MT 13647

Chefe do departamento de jornalismo: Francisco Raffaeli

A questão ecológica é política

PESSOAS SENSÍVEIS

O primeiro contato que a atriz Cacilda Lanuza teve com a ecologia, foi quando viu uma foto de um cavalo agonizando numa praia de Rio Grande do Sul. "Senti que precisava falar dele, morrendo numa praia com o cheiro do veneno que vinha do mar. Os peixes mortos nas praias..." A partir de então, começou a procurar em jornais e revistas, tudo o que se relacionasse com ecologia. Dois anos após, em 1980, Cacilda reuniu-se com alguns interessados na questão, e formou o Grupo Seiva, entidade ecológica cuja proposta de trabalho é de sensibilizar a comunidade dos problemas ligados ao meio ambiente.

Segundo Cacilda, há entre os ecologistas um consenso de que a proteção à natureza só se dá integralmente, quando atinge, além da comunidade, a esfera política. "A questão ecológica é política", afirma. Diz ainda, que até pouco tempo atrás, não havia consciência por parte dos políticos, da necessidade de preservar o meio ambiente.

Hoje, porém, nota que dentro de cada partido existem diversas pessoas interessadas no assunto. "Criou-se uma Comissão do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal e agora, está-se formando no Congresso Nacional, uma Comissão de Parlamentares e o Meio Ambiente".

As entidades ecológicas de uma maneira geral, e particularmente o Grupo Seiva, têm atendido muitos políticos que enviam seus projetos para que sejam apreciados por ecologistas. "Reconheço que a existência destes projetos, que sob alguns aspectos visam a proteção da natureza, não contém uma preocupação eleitoral", diz Cacilda.

Recentemente foi criado o novo Ministério de Urbanismo e do Meio Ambiente, cujas propostas de trabalho voltam-se, entre outras, à questões como habitação, saneamento básico e meio ambiente. Participante ativa em assuntos que envolvem ecologia, Cacilda Lanuza analisa o novo ministério com certo receio: "Estou um pouco preocupada porque está parecendo que este ministério é mais ligado ao problema da habitação. De meio ambiente mesmo, não está se falando. Eu quero saber se ele vai atuar no campo da fauna, flora, poluição ambiental, agrotóxicos (...). Se não for assim, será uma farsa. Sempre quisemos um órgão que atuasse a nível federal, que participasse. De repente, mais parece uma esmola: 'vamos dar este nome para agradar'..."

Outro assunto que tem sido discutido, é o da formação aqui no Brasil, do Partido Verde, à semelhança do partido político alemão, cuja plataforma de trabalho pretende, em primeira instância, resguardar a natureza.

Sobre esse fato Cacilda pondera: "A luta ecológica é grande demais para caber dentro de um partido político. É suprapartidária, não podendo concentrar-se num partido apenas. Ecologia diz respeito a todas as pessoas, de todos os partidos. E os outros partidos? Haveria também o perigo de acomodar, além de uma disputa, porque o campo da política partidária é sempre disputado. Também existe uma coisa perigosa; teoricamente, partido que agrega pessoas que lutam por uma causa nobre, pessoas sensíveis, bem intencionadas; pode tornar-se perigoso, fascista. Isto porque não existe possibilidade de partido político que concentre só indivíduos bons."



Para Cacilda Lanuza, o ideal neste caso, seria pulverizar essas pessoas bem intencionadas e infiltrá-las em todas as correntes políticas. "Um partido específico para problemas ecológicos não acabaria com os problemas, porque estes só se resolvem nas mesas, e aí, entram uma série de interesses, de tendências..."

Por fim, o envolvimento de Cacilda em movimentos ecológicos interferiu até mesmo em sua carreira artística. Ela conta que recusou por dois anos e meio todas as propostas de trabalho que lhe foram oferecidas. "Estava tão envolvida com a ecologia, que me sentia traído o movimento se me dedicasse a outra coisa. Na verdade, fiz um curso intensivo de militância ecológica. Agora sei alguma coisa. Posso voltar tranqüila às minhas lides teatrais". Cecília Russi Callegari

São Paulo, o difícil convívio com a poluição.

Para diminuir os problemas causados pela poluição na cidade de São Paulo, a CETESB montou um esquema de fiscalização. Porém, esse esquema vem se mostrando ineficaz, uma vez que as doenças causadas diretamente pela poluição afetam um número cada vez maior de pessoas.

A CETESB, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, tem como objetivo básico controlar a poluição ambiental no Estado de São Paulo e proporcionar à população uma qualidade de ar que não ofereça riscos à saúde pública.

Outros dois objetivos complementares estão previstos na legislação vigente: a implantação de um plano de ação de emergência para proteger a população de determinadas áreas muito poluídas e a implantação de um sistema de atendimento de reclamações da população.

Um esquema de controle vem sendo montado pela CETESB, que é de aplicar a tecnologia prática para diminuir a poluição do ar, mas o bom desempenho de um equipamento de controle de poluentes atmosféricos não depende só da escolha adequada mas também da sua correta operação e manutenção. Segundo o engenheiro João Baptista Galvão Filho, gerente do controle corretivo da CETESB, "é muito difícil controlar várias indústrias, pois não há muitos técnicos especializados e, geralmente, as vistorias são feitas uma ou duas vezes por ano. Muitas delas preferem pagar multa que varia de 10 a 1000 ORTNS, a implantar um aparelho corretivo, mas como o valor da multa vai aumentando — chegando até ao fechamento da firma, muitas delas estão recorrendo ao equipamento e investindo cerca de 120 milhões de dólares."

Esses aparelhos, segundo Eduardo Luis Serpa, engenheiro mecânico Textil, são fabricados no Brasil e financiados, a juros muito baixos pelo Banco Central e pelo Governo de São Paulo para facilitar a compra do equipamento corretivo ou de caldeiras e fornos elétricos.

Esse trabalho vem dando resultado, pois houve uma redução de 40% de emissão de poluentes no ar, ou seja de 816 materiais particulados, que são monóxido de carbono, hidrocarboneto e dióxido de enxofre em 1979, para 583 em 1984.

A CETESB também controla e autoriza a abertura de novas indústrias que só poderão funcionar após a licença de instalação e de funcionamento desde que tenha seus equipamentos corretivos devidamente instalados.

Além da implantação de equipamentos há outros dois projetos que são o de trocar as caldeiras pela energia elétrica que é mais eficiente, seu custo é mais barato e não polui. O outro projeto é o de instalar um conversor catalítico em todos os carros a álcool e fabricados a partir da aceitação e transformação do projeto em lei.

O custo do aparelho poderá ser de 10 a 20 por cento do valor do carro, mas diminuirá consideravelmente a emissão de monóxido de carbono dos escapamentos dos veículos. Solange Caruso.



DIREITO À VIDA

São Paulo, com população mal distribuída, soma progresso mas diminui as condições de vida de seus habitantes. Um dos fatores que mais contribuem prejudicando tanto a saúde física quanto mental dos paulistanos é a poluição.

Segundo Mariane Chalite, pertencente à Assessoria de Imprensa da CETESB, a poluição de qualquer tipo, altera a vida das pessoas. Para ela, o importante não são as estatísticas; algo aliás difícil de se obter junto ao órgão em questão. "O principal não são os números, já que é impossível fazer um levantamento da quantidade de pessoas afetadas pelos diversos tipos de poluição. Não existe, por exemplo, uma esquematização que permita se detectar estatisticamente quantas pessoas têm crises de asma ou bronquite quando há uma inversão térmica na cidade, afirmou Mariane.

Em situação diferente a do Brasil, Estados Unidos e Europa vinculam a preservação da natureza a um Ministério próprio. Se medida semelhante fosse adotada aqui, talvez o panorama ecológico do país fosse modificado.

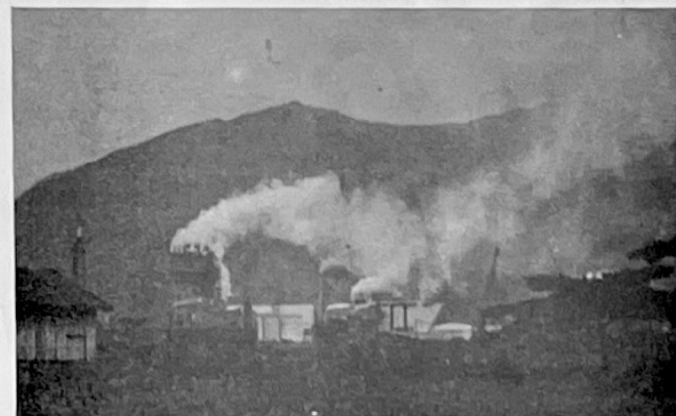
Para o Dr. Américo Craveiros, membro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o crescente número de pessoas afetadas pela poluição é assustador — "o pior, é que na maioria das vezes, o indivíduo adoece e des-

conhece que seu mal é a poluição." O Dr. Craveiros, declara que a poluição sonora, por exemplo, agride não só o aparelho auditivo, como todo o organismo, em particular o sistema nervoso e as funções vegetativas do sistema cardio-vascular e o aparelho digestivo. As consequências não param por aí, ela interfere na sensibilidade, na concentração mental e na memória, provocando respostas lentas e maior número de erros.

Já a poluição dos rios que cortam a cidade, como o Pinheiros, Tietê, represas Billings e Guarapiranga e vários córregos não canalizados recebem dejetos domésticos, da produção industrial e produtos químicos usados na agricultura. Um dos materiais químicos que causam doenças mais graves é o mercúrio, atingindo diretamente o sistema nervoso. A poluição das águas provoca ainda esquistossomose, doenças da pele e conjuntivite.

Este quadro assustador parece não sensibilizar nem o governo nem a população. A política governamental, aliada à deseducação e irresponsabilidade dos paulistanos, resulta em sério prejuízo para a saúde pública. Prejuízos que atingem a população; indistintamente — hoje não basta estar vivo para estar sujeito aos males da poluição; do ventre da mãe, um embrião de vida se desenvolve e tenta criar defesas contra talvez, a maior consequência do progresso, a poluição.

Silvana Ares
Soraya Issa
Zuleika Friedemann



LEGISLAÇÃO NÃO PROTEGE MANANCIAIS

O conjunto de leis promulgadas pelo Estado e pelo município de São Paulo não apresenta condições de eficácia para evitar agressões ao meio ambiente. A legislação pode ser até razoável mas na hora da sua aplicação ela se mostra fraca, revelando que as normas dependem muito de quem as aplica.

Na verdade, não apenas a insuficiência das leis concorrem para que a poluição ambiental das águas não seja reduzida a um limite civilizado. Quando agentes do poder público saem às ruas para aplicar a lei, toda uma série de interferências surgem, o que reduz ou até inviabiliza as providências.

Assim, a ação da fiscalização é omissa e até medrosa. É o caso da poluição das águas. Veja-se o caso da lei de proteção aos mananciais que abastecem a cidade de São Paulo. Ela é boa mas burlada diariamente. O governo, com frequência, afirma que pretende usar helicópteros para evitar que os loteamentos aumentem a poluição das águas na região Sul da Cidade. Mas, nada faz.

PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS

As leis de proteção existem, mas não estão sendo cumpridas. A Lei de número 898, de 12/75, implantada pelo governador Paulo Egydio Martins, proíbe o desmembramento das áreas industriais e a ocupação ilegal do solo próximo aos rios e represas consideradas mananciais.

Segundo Célia Andreotti Atienza, chefe do Departamento de Documentação da Assembleia Legislativa de São Paulo, essa lei já sofreu 12 modificações. Atualmente, exis-



tem em tramitação, na Assembleia Legislativa, três projetos de lei sobre os mananciais. O projeto número 187 do deputado Ademar de Barros, do PDT, que propõe a ocupação legal das áreas proibidas, perto das represas consideradas áreas de lazer, pelos pequenos comerciantes. Marcos Fernandes, secretário do deputado, afirma que o projeto

visa atender a um maior número de empregos à população.

Outro projeto, o de número 571, do deputado Koyu Yha, propõe nova redação à lei número 898 — artigo 15 de 12/75, alterando a extensão das áreas proibidas para a proteção aos mananciais, que correspondem em sua totalidade a 427.900 hectares entre os municípios da grande São Paulo, para 30% por cento, objetivando um maior desenvolvimento industrial dessas regiões e maior arrecadação de impostos para as prefeituras. E por fim, o projeto número 476, do deputado Goro Hama, que altera a lei de número 3286-de 18/82, que pretendia a expansão industrial na área do rio Tietê até a confluência do rio Botojurú, no município de Mogi das Cruzes.

O deputado Goro Hama afirma que o projeto tem a função de corrigir a lei aprovada durante o governo Paulo Maluf, que autorizava o desmembramento das áreas industriais dessas regiões sem a preocupação de proteger os mananciais.

A verdade é que a legislação não está bem definida. Há alguns anos nenhum prefeito podia aplicar a lei para fechar indústrias poluidoras. Agora pode, em tese, suspender por até 15 dias o funcionamento de uma indústria. E ainda assim a palavra final será dada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do governo federal.

O problema global da poluição em São Paulo, em suas diversas formas, é muito grave e a legislação pelo que se vê, não fornece os instrumentos adequados para o controle do problema.

Théa Fuchs e Célia Denise

BILLINGS: QUESTÃO DE VIDA OU MORTE.

O presidente da Comissão em Defesa da represa Billings nem sempre teve suas batalhas vencidas. Ou quase nunca. Fernando Vitor Araújo Alves, 42 anos, autor de vários projetos para salvar o complexo Billings-Guarapiranga ganhou, ao longo dos anos, três pontes de safena e ficou visado por polê-

micas que quase o levaram a perder sua casa em Eldorado, perto das águas que tanto preza.

Em 84, enviou ao governador Franco Montoro os projetos "A Problemática da Utilização dos Recursos Hídricos do Brasil" e "Salve os Recursos Hídricos e Florestais

de São Paulo", onde critica severamente o Projeto Sanegram, qualificado pelo próprio BNH, no governo passado, como "elefante branco", pois previa o tratamento faraônico dos esgotos da grande São Paulo, que a custos de hoje chegaria a três trilhões de cruzeiros. Fernando Vitor encabeçou uma Ação Popular contra o projeto Sanegram. Perdeu.

O tempo deu razão ao ecologista. Mas não é isso que ele quer. Seu desejo é que suas lutas tenham resultado agora. Ele acredita nisso, embora seja cético quanto à ação do governo atual: "promessas de vigiar a sempre burlada lei dos mananciais existem. Mas as promessas ficam e continua a degeneração das águas, proliferam-se as doenças e aumentam o lucro dos especuladores", desabafou.

Aplaudido em várias conferências e criticado em vários artigos em jornais, Fernando Vitor ficou conhecido como "aquele personagem obcecado pela luta organizada na questão Billings".

A reversão do rio Pinheiros para a geração de energia na usina Henry Borden, em Cubatão, loteamentos clandestinos ao seu redor e a falta de um projeto que seja exequível, sem recorrer a tecnologias importadas (não tanto pela qualidade, mas pelo custo), são problemas ainda sem definição para a recuperação da represa.

Mas Fernando Vitor não desiste. Acredita que um dia esses problemas serão resolvidos e a represa voltará a ter vida. Para isso, ele acha que cabe à sociedade civil denunciar e criticar a atuação dos vários órgãos envolvidos; e ao governo, a tarefa de um planejamento viável para recuperar a região.

Ainda assim, Fernando Vitor defende essa bandeira. E o coração que agüente. Cristina Braga

